

As manifestações do impeachment no Twitter: uma análise sobre as manifestações de 2015¹

Cláudio Luis de Camargo Penteado²

João Guilherme Guerballi³

Resumo: O artigo tem por objetivo o estudo das manifestações contra Dilma Rousseff em 2015 no Twitter. A partir do debate sobre o conceito de esfera pública, o artigo realizou uma análise das mensagens mais compartilhadas e dos perfis mais influentes nos dias dos protestos em favor do impeachment. Essa análise foi feita por meio da avaliação das manifestações dos vinte usuários e mensagens mais retweetadas em cada dia de manifestação por meio do posicionamento político, conteúdo da mensagem e análise do perfil dos usuários, a fim de obter dados acerca das interações entre diferentes posicionamentos políticos e entender qual o objetivo das mensagens em um contexto de efervescência política. Os resultados alcançados indicam que, apesar do Twitter não poder ser considerado uma esfera pública, o debate nessa rede social tem grande importância dentro da agenda política contemporânea, além da capacidade de mobilização e divulgação de atos de protestos.

Palavras-chave: Twitter; Esfera Pública; Impeachment; Manifestações; Protestos.

¹ O artigo apresenta resultados do projeto FAPESP “Disputas eleitorais no Ciberespaço”.

² Professor Associado da UFABC, Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP, atua na área de Comunicação Política. Email: claudio.penteado@ufabc.edu.br

³ Bacharel em Ciências e Humanidades na UFABC. Email: guerballi11@gmail.com

Abstract: The article intends to study the popular manifestations against president Dilma Rousseff in 2015 on Twitter. From The concept of public sphere, this project performed an analysis about the messages sent on Twitter and the most influent profiles during the protests days for impeachment. This analysis was done based on the twenty users and messages retweeted day by day during manifestation period. Each message and user was categorized through political position, message content and user profile, in order to get data about interactions between different political positions and understanding what is the objective of the message in a troubled political context. The result shows that although Twitter cannot be a public sphere, the debate in this social network is important inside Contemporany political agenda and it has potential to mobilize and share the protests acts.

Keywords: Twitter; Public Sphere; Impeachment; Manifestation; Protests.

Introdução

A internet demonstra a cada dia que chegou para modificar o modo de vida de toda sociedade e esta mudança afeta inclusive a esfera política. O destaque do uso colaborativo da *web* nas eleições norte americanas de 2008 é percebido principalmente pela campanha de Barack Obama, tornando possível a interação do mesmo com seus apoiadores, simpatizantes e eleitores. Dessa forma angariou fundos, apoio e grande mobilização *online* a seu favor (GOMES et al, 2009; WATTAL et al, 2010). Tal fato iniciou uma nova compreensão acerca da comunicação política, principalmente em relação ao uso da internet e seus dispositivos de comunicação.

Além de campanhas eleitorais, a internet também pode ser utilizada em diferentes tipos de ação política como a divulgação de informações políticas com ações e serviços de governo eletrônico, como espaço para debate político (esfera pública), espaço para ações e práticas de ciberativismo e para a comunicação política em geral (PENTEADO et al., 2011), assim como espaço para atuação de organizações da sociedade civil e para desenvolver suas atividades e influenciar o processo de políticas públicas (ARAUJO et al., 2015).

A internet utiliza uma lógica diferenciada dos meios tradicionais de comunicação, isso se deve à sua estrutura em rede e ao seu caráter interativo corroborado com o surgimento da *web 2.0*⁴ que torna a rede mais dinâmica e com um fluxo informacional mais difícil de ser controlado por conta da interatividade que os usuários possuem. Dentro da *web 2.0*, as redes sociais de internet ganharam popularidade e se configuraram como um importante espaço da sociabilidade contemporânea para seus usuários, permitindo novas formas de interação entre os cidadãos comuns e os políticos (AUSSERHOFER & MAIREDER, 2013).

A fluidez encontrada no ambiente digital permite a quebra da monopolização dos meios de expressão e de exposição que caracterizava a mídia tradicional (AGUIAR, 2014). O crescimento das redes sociais como o *Facebook*, *Whatsapp* e *Twitter* permitiu que os diversos usuários pudessem criar e expor informações que se relacionam aos mais diferentes temas, entre eles, o político. O debate político se torna, portanto, mais aberto para novas interações e mais difuso. O incentivo à quebra da monopolização da informação e a maior participação do cidadão no debate político nas mídias sociais é o que Dahlgreen (2005) irá chamar de esfera pública ampliada.

⁴ Web 2.0 se diferencia da Web 1.0 pelo uso de ferramentas e aplicativos interativos (WATTAL et al, 2010)

No Brasil, como em todo o mundo, as redes sociais tiveram uma rápida expansão que permitiu uma maior sociabilidade e debate no ambiente virtual. No Brasil, mais de 85,9 milhões de pessoas utilizam a internet segundo pesquisa do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic). O *Twitter*, objeto de estudo desse artigo⁵, tem no território nacional cerca de 33,3 milhões usuários cadastrados⁶. O *Twitter* é diferente de outras redes sociais, pois limita em 140 caracteres as publicações dos usuários. Esta característica dificulta a exposição de textos longos, contudo é uma das redes sociais mais populares do mundo.

A importância das redes sociais não se limita a experiências políticas como as eleições e os debates, mas também a grandes acontecimentos políticos, como a Primavera Árabe. Nesta série de revoluções políticas e sociais a internet e principalmente as redes sociais serviram como ambiente de articulação dos grupos que protestavam (ALMEIDA, 2013). No Brasil, as manifestações de junho de 2013 também tiveram como fator determinante as redes sociais que foram utilizadas como ferramenta de mobilização e divulgação de informações (PERUZZO, 2013). Essas manifestações contaram com uma ampliação das fontes de notícias que eram divulgadas pelas redes sociais de forma complementar ao jornalismo *online* (RECUERO, 2012).

Castells (2013), ao estudar os movimentos sociais em rede, identifica as redes sociais de internet (RSI) como ferramentas para a mobilização, organização, deliberação e coordenação de diversos grupos sociais que atuam dentro do ciberespaço. Além destas funções os usuários se tornam responsáveis além da produção do conteúdo, como também no estabelecimento de vínculos com outros usuários, grupos e ativistas.

Embora se reconheça a relevância das Redes Sociais de Internet nos movimentos políticos contemporâneos (CASTELLS, 2013; PARRA, 2013; KONDKER, 2011; HARO BARBA & SAMPEDRO BLANCO, 2011), muito ainda se questiona sobre a formação da opinião nesse meio e sobre o papel da internet como uma esfera pública de debate e enfrentamentos políticos. Nesse contexto, o presente trabalho apresenta um estudo, a partir do debate crítico das RSI como esfera pública e do comportamento dos usuários do *Twitter* nas manifestações anti-Dilma Rousseff em 2015, buscando identificar os principais usuários e seus posicionamentos político dentro da *Twitteresfera*.

⁵ Apesar do *Facebook* e o *Whatsapp* serem mais populares que o *Twitter*, a política de dados dessas redes sociais limita o tipo de pesquisa realizado.

⁶ Disponível em: < http://semiocast.com/en/publications/2012_01_31_Brazil_becomes_2nd_country_on_Twitter_supersedes_Japan. Acesso em: 14 de mar 2015.

O conceito de esfera pública em debate

O conceito de esfera pública de Jürgen Habermas contribuiu para a maior compreensão da sociedade, mais especificamente do espaço público e dos ambientes que podem ser considerados como extensões dele, como é o caso dos meios de comunicação de massa, da internet e, contemporaneamente, das redes sociais de internet. Para entender melhor o conceito de esfera pública é necessário o conhecimento de alguns fundamentos da teoria do agir comunicativo.

O agir comunicativo evidencia a necessidade da deliberação entre os participantes de uma sociedade, desta possibilidade de deliberar e se chegar a resultados construtivos. Deste preceito, surge uma concepção de democracia deliberativa, que é uma alternativa criada pelo autor (Habermas) para as duas concepções políticas abordadas nos Estados Unidos: o liberalismo e o republicanismo. Habermas (1991) fez uso de características destas duas correntes para criar uma terceira, que foi denominada democracia deliberativa, com foco na pluralidade de atores e vozes, as quais devem ser ouvidas e geridas a fim de atingir um fim benéfico a todos.

[...] a noção de democracia deliberativa se enraíza no ideal intuitivo de uma associação democrática, no seio da qual a justificação dos termos e das condições de associação procede de uma argumentação e de uma racionalização pública de cidadãos iguais. Os cidadãos, numa tal ordem, partilham um engajamento comum frente à resolução de problemas de escolha coletiva através de uma racionalização pública, e consideram suas instituições de base legítimas na medida em que elas estabelecem um quadro favorável a uma deliberação pública livre. (HABERMAS, 1990, p. 17)

Habermas (1990) inicia sua análise da esfera pública focando em países como a Alemanha, Inglaterra e França, onde surge uma esfera pública de dimensão restrita, a qual é chamada de esfera burguesa, que era caracterizada pela constante leitura, pela busca de uma mídia politizada e que apesar de haver discussões e deliberações, esta era excludente para a plebe - que cria uma esfera plebeia - e para mulheres por conta da força que possuía a sociedade patriarcal da época. Foi, porém, somente com a crescente autonomia dos menos favorecidos proporcionada pela propriedade privada que estes conseguiram influenciar esta arena de debates. O Estado, por sua vez, deveria participar da deliberação como outro ator, entretanto, não poderia manter o controle total neste ambiente, pois se isso ocorresse perderia o caráter de debate popular que visa a mudança de baixo para cima e seria apenas mais uma arena governamental controlada pelo mesmo (PERLATTO, 2012; HABERMAS, 1990; MAIA, 2000).

O autor deixa clara a importância das mídias tradicionais – que eram veiculadas inicialmente a um preço mais baixo em comparação a grandes textos literários – na reestruturação ocorrida na esfera pública. Dentro do ecossistema de comunicações, existe a possibilidade de se questionar qual seria o papel dos meios de comunicação como esfera pública, porém alguns pontos fracos aparecem quando analisada mais a fundo (MAIA, 2000). Um primeiro problema que pode ser encontrado na análise é a infiltração da dinâmica (lógica) do poder dentro da funcionalidade da esfera pública, o que diminui o caráter democrático da esfera; outra questão que pode ser levantada é a vassalização sofrida pela mídia, que passa por sua vez a defender a visão de mundo de seus donos e filiados por meio da publicidade e da moldagem que fazem na opinião pública. É por conta destes problemas que Habermas (1990) argumenta em fomento da teoria do agir comunicativo, a fim de aumentar a racionalidade dos debates efetuados cotidianamente (LUBENOW, 2007).

Com o domínio causado pelas mídias de massas que atuam de forma polarizada na esfera pública, o potencial de racionalização dos seus participantes é afetado, e isso se deve ao fato do espaço de crítica e deliberação estar dominado por indivíduos com interesses claros e com capacidade de mudança na opinião pública. A esfera pública perde aos poucos a politização de seus membros, característica essa fundamental para uma deliberação, logo, ela se torna a arena de deliberação de interesses particulares (LUBENOW, 2007), desviando do ideal *habermasiano*.

A politização da esfera pública é uma questão relevante para o entendimento de seu funcionamento. Muitas vezes os indivíduos que estão inseridos nessa esfera não têm uma forte politização, e mesmo que haja algum nível, ainda há vazamentos por conta de pessoas que são excluídas do processo deliberativo ou pela influência daquilo que Habermas (1990) chama de sistema sobre o mundo da vida. O mundo da vida é o ambiente de socialização, de onde a cultura é disseminada, portanto, instituições têm de preservar suas características e mantê-las afastadas do sistema com suas características advindas do capitalismo e do mercado, que produzem uma dinâmica e lógica própria, diferenciada do mundo da vida (HABERMAS, 1990; LUBENOW, 2007).

Uma esfera pública que atue de forma eficiente deve conter indivíduos que sejam considerados livres e iguais, que tenham uma consciência política, que não sofram interferência de fatores externos e por meio de uma mediação eficiente consigam atingir resultados que sejam frutos da racionalização e do entendimento das partes. Entretanto, a mídia que adota uma postura polarizada e invade o sistema, com suas características

capitalistas, influencia a esfera pública tirando o caráter de deliberação racional entre as partes iguais, por este motivo o autor propõe a separação entre os diferentes mundos (LUBENOW, 2007; PERLATTO, 2012)

A esfera pública mudou com o passar do tempo. No século XVIII tinha uma força de convencimento, no século XIX o número de indivíduos que tinham acesso ao debate e que queriam se fazer ouvir aumentou, no século XX apesar do número de indivíduos ser ainda maior, também é grande a interferência de fatores econômicos (PERLATTO, 2012). A internet surge hoje como uma das formas mais importantes de comunicação e expressão da opinião, mas muitos problemas ainda são levantados, entre eles a questão da interferência do mercado e o fato de que muitas das ferramentas hoje utilizadas são propriedades privadas e, portanto, afetam o caráter de deliberação livre que possui a esfera pública.

No século XXI a internet se mostrou de início como uma porta para a democracia, mas como Rousiley Maia (2000) já demonstrou, essa democracia muitas vezes não é real, e a internet pode proteger um extremismo político-ideológico que não é aceito em outras esferas da sociedade. Dentro desse quadro, abaixo apresentamos uma discussão sintética a respeito da internet como esfera pública.

A Internet como esfera pública

A internet é vista por muitos autores como um ambiente propício para se dialogar sem a interferência econômica ou estatal, se aproximando assim de uma esfera pública (DAHLBERG, 2001 apud BARROS E SAMPAIO, 2011). No entanto, para se posicionar em relação a este assunto as características desta esfera devem ser esclarecidas. A esfera pública é, segundo Habermas (1997), um ambiente de debate e deliberação no qual os indivíduos não podem ser excluídos, não podem sofrer a interferência das esferas econômicas ou serem controlados pelo Estado. Este ambiente deliberativo serve como uma pressão dos governados sobre os governantes visando ampliar as discussões sobre determinado tema para abranger diferentes públicos e instaurar uma política pública que os beneficie (SAMPAIO E BARROS, 2011).

A internet é um ambiente que possui diversas ferramentas que possibilitam a expressão da opinião dos indivíduos (SAMPAIO E BARROS, 2011). Os fóruns, *blogs* e as redes sociais são os exemplos desta nova arena de debates, no entanto, o problema mais claro destes meios é a ausência de uma mediação eficiente – atualmente os mediadores

são indivíduos que já possuem uma ideologia política e estão inseridos no meio do debate político, o que impossibilita uma mediação imparcial – e também a limitação do debate político na internet àqueles que já o efetuam cotidianamente (OLIVEIRA, 2012; SAMPAIO E BARROS, 2011).

Sampaio e Barros (2011) defendem que apesar dos pontos negativos, a internet tem uma força política que ganha cada vez mais espaço, porém, não é uma esfera pública, mas sim um espaço auxiliar na deliberação que carece de uma moderação eficiente, conforme já destacado. Nesta mesma linha argumentativa, Oliveira (2012) defende a internet como um revitalizador da consciência e crítica política na população. A internet revigora o potencial deliberativo da esfera pública, mas ele defende que ainda há a ausência de uma mediação livre e imparcial, que impossibilita de classificá-la como um espaço aberto de deliberação.

Daniilo Rothberg (2008) concede ao meio digital uma visão diferenciada. Ele acredita que a internet é importante para o debate político e é uma ferramenta imprescindível para os que desejam se informar mais. Mas, em seus estudos, percebe que a questão política tem causado cada vez mais desinteresse por parte dos usuários. Mesmo assim, ele afirma que esta ferramenta pode possibilitar uma maior eficiência na gestão pública, pois com o maior acesso e o maior interesse pela deliberação, a internet seria mais utilizada para tal fim aumentando assim a deliberação. Rothberg (2008) não considera este meio como uma esfera pública em si, mas um conjunto de microesferas, que ajudam na deliberação.

Rousiley Maia (2000), apesar de creditar à internet um papel importante na geração de opiniões, de um debate direto sem obstáculos e de pressão sobre os políticos, também concede ao meio digital um caráter autoritário, dado que as mídias sociais que são utilizadas, como por exemplo o *Facebook* e o *Twitter*, são propriedades privadas e que por meio de algoritmos de programação determinam o que o usuário verá. Logo, a mediação se torna parcial e exclui o usuário de muitas informações que seriam pertinentes a um debate mais construtivo e igual. Maia (2000) cita a proteção da identidade como um fator importante deste meio, mas que embora ajude as pessoas se pronunciarem sem medo de sofrer uma retaliação, ajuda que crimes e ofensas sejam disseminados, logo o debate se torna irracional e gera o conflito o que não é benéfico para a construção deliberativa.

A internet possui inegáveis liberdades de deliberação, de expressão e de contato entre seus usuários, mas a sua classificação como uma esfera pública ainda é polêmica e a divergência entre os autores é clara. A moderação, que caracteriza um fator determinante

para uma deliberação justa, ainda não atingiu um nível de excelência, e provavelmente nunca alcançará. O meio digital deve se tornar mais acessível, mas mesmo assim, ainda exclui grande parte da população, principalmente a população mais pobre. Ainda, os recentes embates políticos e ideológicos nas redes sociais de internet entre grupos políticos, que marcaram as eleições de 2014 e o ano de 2015, evidenciam a falta de racionalidade no processo de debate político no ciberespaço. Por fim, para a constituição de uma esfera pública livre, a internet não pode sofrer a influência do sistema econômico, pois essa interferência influencia os rumos de uma deliberação igual entre os cidadãos. A colonização do ciberespaço pelas empresas (*Google, Facebook, Microsoft* etc) leva à modulação da sociabilidade (SILVEIRA, 2016) e interferência no fluxo de informações que impedem a fundamentação de um espaço de deliberação.

Metodologia

Nessa segunda parte, a pesquisa realiza uma investigação empírica do *Twitter* como espaço de debate político contemporâneo, a partir do estudo das manifestações pró-impeachment da presidente Dilma Rousseff que ocorreram em 2015.

Por meio de uma ferramenta de extração de dados do *Twitter*, foram coletados *tweets* referentes aos protestos no período entre os meses de março a agosto de 2015, meses de maior mobilização contra o governo de Dilma Rousseff⁷. A captura destes dados se deu por meio de *hashtags* e palavras-chave que remeteriam ao objeto de estudo.

Para a análise dos dados extraídos foi feita uma lista de dados com as vinte mensagens mais *retweetadas* e os vinte usuários mais *retweetados* nos dias dos protestos, ou seja, 15/03/2015 e 16/08/2015. Devido a problemas técnicos no recolhimento de informações referente à manifestação do dia 12/04/2015, optou-se por utilizar os dados do dia anterior ao do protesto, dia 11/04/2015, para manter a análise comparativa e a série histórica para a pesquisa. Ao total foram analisadas 60 mensagens mais *retweetadas* e 60 perfis de usuários mais *retweetados*.

As mensagens mais *retweetadas* foram analisadas por meio de três tópicos, sendo eles: o perfil do usuário, posicionamento em relação ao governo de Dilma Rousseff e o tema da mensagem.

⁷ Em dezembro (13/12/15) também ocorreu uma manifestação organizada pelos grupos pró-impeachment. Contudo, essa manifestação não gerou grande mobilização dentro do Twitter e de participantes nas ruas. Nesse sentido, optou-se por não utilizar esses dados.

Os perfis dos usuários podiam se enquadrar como: Usuário comum, Candidato, Político, Partido, Empresa, Sites/ Blogs Notícias, Movimento Social, Sindicato, ONG, Governamental, Jornalista, Twitteiro-Humorista, Mídia Tradicional, Religioso, Engajado, Celebridade, Twitteiro, Twitteiro-Jornalista e usuário inexistente. Além disso, foram criadas as categorias Outros para perfis que não se encaixassem nessas descrições.

A análise do tema da mensagem tem por objetivo identificar as temáticas que foram alvo de maior compartilhamento e conseqüentemente de maior contato entre os usuários. Uma mensagem poderia ter mais de um tema, a temática era classificada como: Pessoal (ataque à Dilma Rousseff), Ataque ao PT, Saúde, Educação, Mídia em Geral, Segurança, Lava Jato, Economia, Pesquisa, Veja, Debate, Globo, Petrobras, Internet, Corrupção, Internacional, Religião, Mobilização e Humor. Assim como na análise do perfil, a categoria Outros foi também utilizada. Por fim, o posicionamento do usuário que postou a mensagem era classificado da seguinte maneira: antigoverno, pró-governo, inativo, antinativo, pró ou inexistente.

Os usuários mais *retweetados* não tiveram necessariamente as mensagens mais *retweetadas*, sendo assim, categorizou-se estes indivíduos quanto ao perfil do usuário e ao posicionamento político em relação ao governo federal, nos mesmos termos explicitados acima.

Os resultados apresentados estão organizados por dia de manifestação (15/03/15, 11/04/15 e 16/08/15) e a totalização dos resultados, apresentadas nos gráficos abaixo.

Resultados

As manifestações contrárias ao governo de Dilma Rousseff no ano de 2015 tiveram três momentos de maior importância, nos meses de março, abril e agosto. Apesar de um grande público no primeiro protesto, o segundo não consegue manter a força que é parcialmente reestabelecida no de 16 de agosto. Os protestos tiveram um caráter nacional, com ocorrências em diversas cidades do país, contudo a cidade de São Paulo concentrou o maior número de manifestantes.

No mês de março de 2015 ocorreu a primeira e maior manifestação contrária ao governo, segundo números da polícia militar aproximadamente 1 milhão de pessoas ocuparam a Avenida Paulista, em São Paulo. O Datafolha estimou em 210 mil manifestantes para esta mesma ocupação. Apesar da disparidade numérica, ambos os dados corroboram para a afirmação de que tal manifestação foi a maior de 2015 e conseguiu mobilizar uma

grande massa de cidadãos descontentes com o governo Dilma Rousseff. A manifestação ocorreu em outras capitais do país e em algumas cidades de outros países.

Nos dias que antecederam a manifestação de março, movimentos pró-governo se organizaram, e na sexta-feira, 13 de março, ocuparam avenidas em diversas cidades do país. Tal manifestação permitiu um maior confronto entre os grupos nas redes sociais, onde cada lado procurou além de mobilizar para a participação nos eventos, também se buscou deslegitimar a demanda de seus oponentes (CARVALHO et. al. 2016).

Em Abril de 2015 as manifestações ainda tiveram grande adesão, porém menor em relação as três aqui analisadas. Segundo dados da Polícia Militar, 275 mil pessoas participaram das manifestações na cidade de São Paulo, enquanto que o Datafolha contabilizou 100 mil manifestantes na mesma região. Apesar de menores, as manifestações ocorreram também em diversas cidades do país.

A última manifestação, analisada no presente trabalho, ocorreu em 16 de agosto de 2015 e foi a segunda maior manifestação, ocorreu após um grande período sem movimentações nas ruas, entretanto, o debate se manteve ativo na internet, o que permite o acesso e a participação de um número maior de pessoas em relação a abril. De acordo com o Datafolha, 135 mil pessoas participaram do protesto na região da Avenida Paulista; a Polícia Militar afirmou que 350 mil pessoas estavam em São Paulo protestando. Assim, como as demais manifestações, também houve protestos em diversos pontos do país.

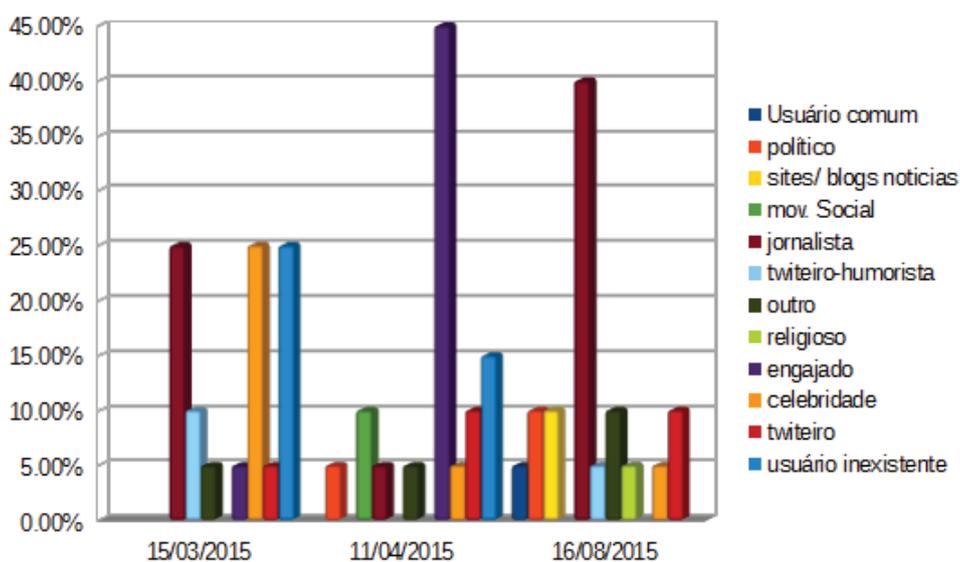


Figura 1 - Usuários das mensagens mais RTs (por dia)

A figura 1 demonstra a frequência com que se apresentam os diferentes perfis das mensagens mais *retweetadas* de cada uma das manifestações analisadas. No dia 15 de

março, o número de jornalistas, celebridades e usuários inexistentes representaram ao todo 75% dos usuários mais *retweetados*. Os usuários inexistentes (25%) são importantes neste caso, pois podem representar robôs que foram programados para postar regularmente a fim de mobilizar os usuários do *Twitter*; as celebridades, por sua vez, possuem um número vasto de seguidores o que facilita a disseminação de suas mensagens. Já no dia 11 de abril, o número de usuários inexistentes ainda se mantém elevado, representando 15% dos perfis analisados, porém, o número de engajados cresceu chegando a 45% no dia 11 de abril, as celebridades apresentaram grande queda, passando a representar 5%. Em abril o surgimento de movimentos sociais e de políticos é uma novidade, mas que não cresce tão fortemente na manifestação seguinte. Na última manifestação analisada, a distribuição do tipo de perfil que possuía as mensagens mais *retweetadas* é mais homogênea e os perfis se mantiveram entre 0 e 10%. Os jornalistas, no entanto, ganham força novamente e representam 40% dos usuários mais *retweetados*. Quando a análise se deu no dia das manifestações, o número de jornalistas era alto, principalmente pela cobertura em tempo real propiciada pelas diferentes mídias sociais, o mesmo não ocorreu em dias que antecederam as manifestações como é o caso do dia 11 de abril.

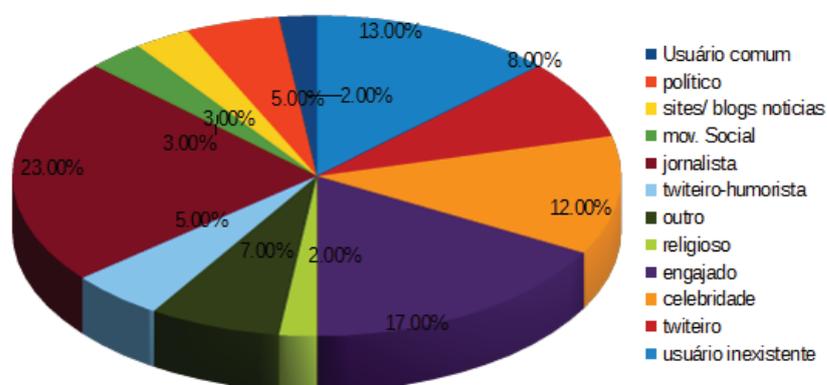


Figura 2 – Perfil dos usuários das mensagens mais RTs (total)

Ao analisar o total dos dados referentes aos perfis das mensagens mais *retweetadas* fica evidente que apenas quatro perfis (usuários inexistentes, celebridades, engajados e jornalistas) representam 65% dos perfis coletados na pesquisa (com ocorrência acima de 10%), ou seja, grande parte das postagens mais *retweetadas* e dos debates nos dias das manifestações se pautam por indivíduos que se encaixam em uma das quatro categorias acima citadas. O debate, apesar de aberto para a participação ampla, acaba sendo mais ativo dentro desses quatro perfis.

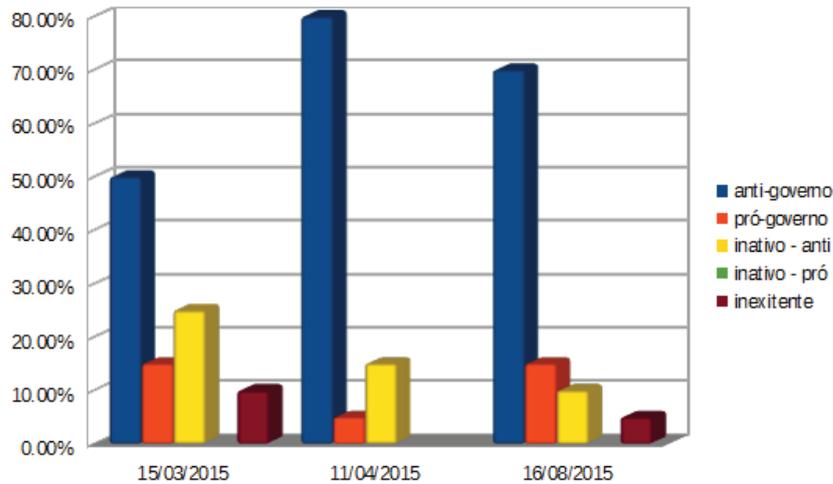


Figura 3 – Posicionamento político das mensagens mais Rts (por dia)

A análise do posicionamento é importante para entender como ocorre o debate entre os diferentes posicionamentos no *Twitter*. Na primeira manifestação de 2015 é possível perceber uma tentativa de debate entre posicionamentos divergentes, mas tal tentativa é muito fraca. Indivíduos pró-governo e ativos na rede social representam 15%, enquanto contrários ao governo e inativos são 50%. Quando somados os inativos (aqueles que abandonaram o Twitter) a porcentagem de indivíduos antigoverno chega a 75%. O leve debate ocorrido neste dia refere-se às manifestações pró governo que ocorreram dois dias antes e permitiram o confronto de ideias. Na segunda manifestação, o debate foi praticamente inexistente. Os indivíduos com as mensagens mais *retweetadas* contrários ao governo (antigoverno e inativo- anti) representavam 95% do total analisado para este dia. Na última manifestação, apesar de crescimento dos perfis pró-governo (15%), o debate ainda se mostrou mínimo, com o predomínio de RTs contrários ao governo Dilma Rousseff.

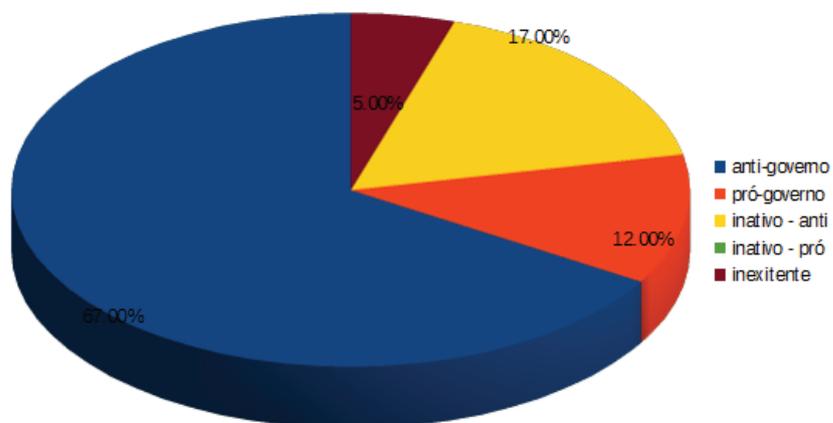


Figura 4 – Posicionamento das mensagens mais RTs (total)

Quando analisado o total dos posicionamentos entre os usuários, é possível perceber que quase não houve um debate entre as posições políticas dos grupos. Apesar de existir um intenso enfrentamento discursivo nas redes sociais, os dados mostram que praticamente não ocorreu uma disputa discursiva entre as duas posições, uma vez que aproximadamente 83% das mensagens mais *retweetadas* eram antigoverno e inativo-anti. Por ser um evento organizado pelos apoiadores do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff era esperado uma maior ocorrência de posições contra a presidente e seu partido (PT).

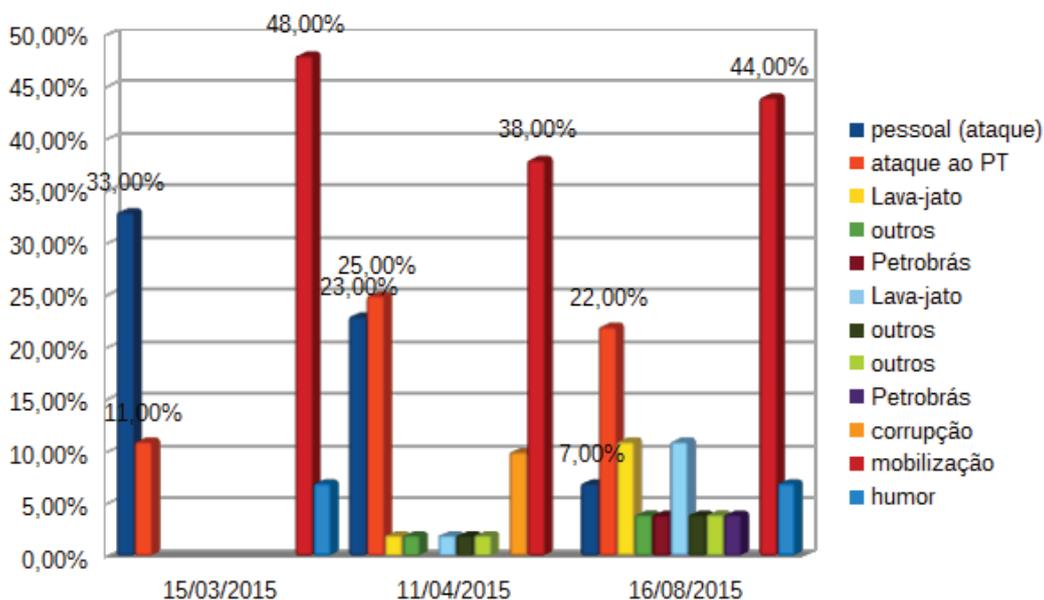


Figura 5 – Tema das mensagens mais RTs (por dia)

Os temas das mensagens mais retweetadas foram analisados para entender qual assunto gerou maior popularidade nesses dias. Em 15 de março o tema “mobilização” representou 48% do objetivo dos *retweets* e os ataques pessoais à presidente foram 33% dos *retweets*. Na manifestação seguinte, o tema “mobilização” ainda foi o principal tema das mensagens, com 33%, e os ataques pessoais diminuíram (23%). Porém, o ataque ao PT mais que dobrou em relação à primeira manifestação e atingiu 25%, enquanto a corrupção (tema que seria a causa dos protestos) foi o tema de 10% das mensagens. Na última manifestação, o ataque pessoal caiu para 7%, o ataque ao PT atingiu 22% e pauta a mobilização novamente cresceu para 44%. No entanto, outro tema (muito comentado na mídia tradicional) que não teve a mesma repercussão foi a Lava Jato, que foi tema apenas na última manifestação e de apenas 11% das mensagens.

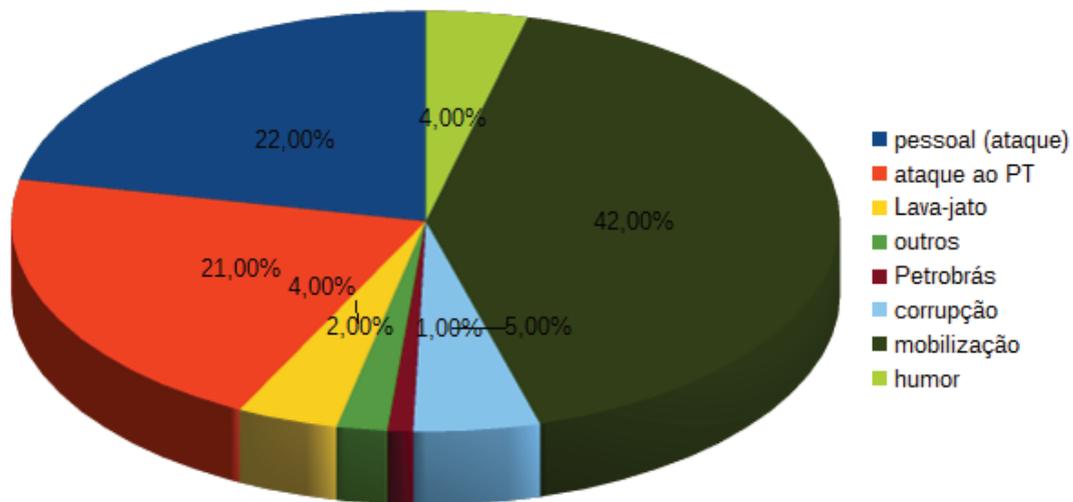


Figura 6 – Tema das mensagens mais RTs (total)

Ao analisar o total da temática das mensagens mais *retweetadas* é fácil perceber como os temas com maior ocorrência são mobilização, ataque à presidente e ataque ao partido dos Trabalhadores, totalizando 85%. Temas que são muito debatidos pela mídia tradicional, como Lava Jato e corrupção foram muito pouco *retweetados* durante as manifestações. Enquanto que temas sociais (educação, saúde, segurança etc) não tiveram nenhuma ocorrência dentro das mensagens mais RTs durante os dias de protestos.

Abaixo apresentamos os resultados da análise dos perfis mais *retweetados* durante os dias de protestos. Ao contrário dos resultados anteriores que foram voltados para o estudo das mensagens mais *retweetadas*, os dados abaixo são voltados para identificação dos perfis que mais foram *retweetados* durante o período. Estes perfis, a partir de uma leitura de análise de rede, possuíram maior centralidade dentro da mobilização em favor do impeachment, sendo importantes nodos difusores de informações.

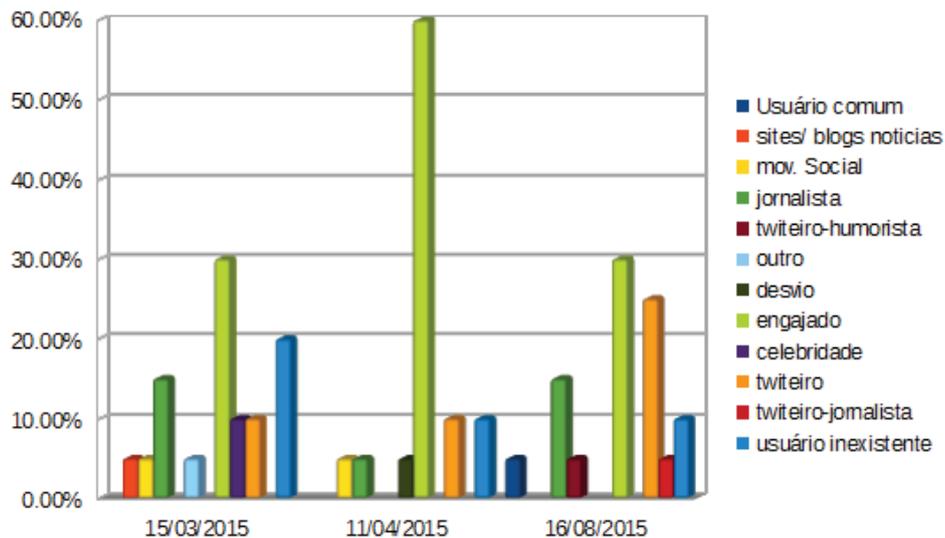


Figura 7 – Usuários mais RTs (por dia)

É possível identificar que os usuários mais *retweetados* possuem diferenças dos que tiveram as mensagens mais *retweetadas*. Na manifestação de março, os perfis engajados, usuários inexistentes, jornalista, celebridade e *twiteiro* representam 85% dos mais *retweetados*. No dia 11 de abril, os perfis de engajados dobram e atingem 60%. Isso se deveu à importância desses indivíduos para mobilizar e convocar as pessoas para as movimentações. Os usuários inexistentes (10%) ainda representam porcentagem relevante para entender a mobilização nas redes sociais. Nas movimentações de agosto, os engajados ainda mantêm importância, os jornalistas ressurgem e os *twiteiros* comuns ganham maior relevância no ambiente virtual.

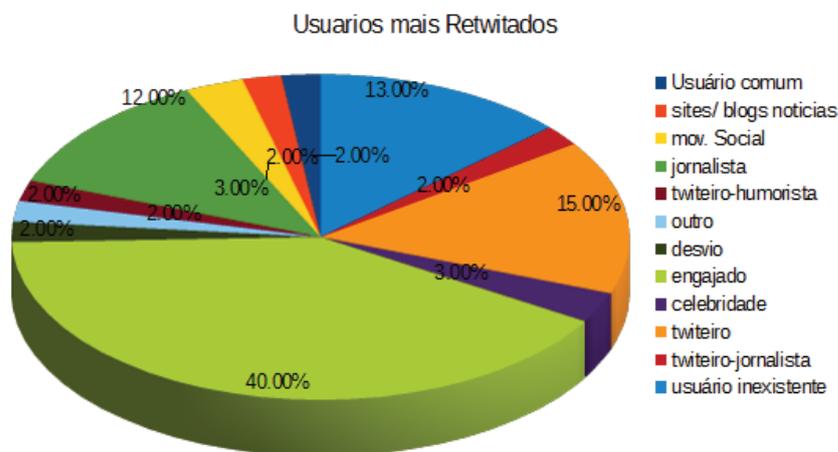


Figura 8 - Usuários mais RTs (total)

A análise do total mostra que a maioria dos perfis mais *retweetados* são engajados (40%). Esses dados permitem observar que esse tipo de perfil possui importante funcionalidade para a mobilização e difusão de informações políticas. Também vale destacar a ocorrência de twitteiros comuns (15%), usuários inexistentes (13%) e jornalistas (12%).

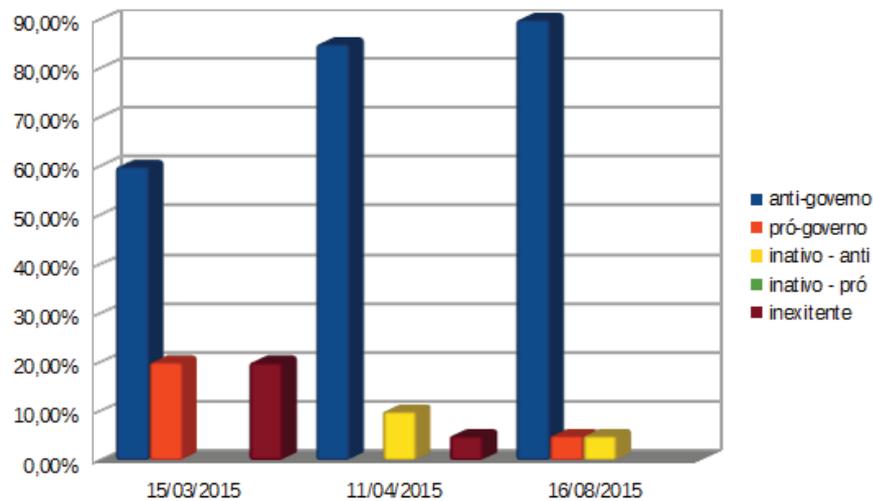


Figura 9 – Enquadramento dos usuários mais RTs (por dia)

No posicionamento dos usuários mais *retweetados* há uma crescente do posicionamento antigoverno, que parte de 60% na primeira e sobe 80% da primeira para a segunda manifestação, e 90% na última. Somente na primeira manifestação de março, é possível identificar algum tipo de debate, nas outras duas datas os grupos pró-*impeachment* são dominantes.

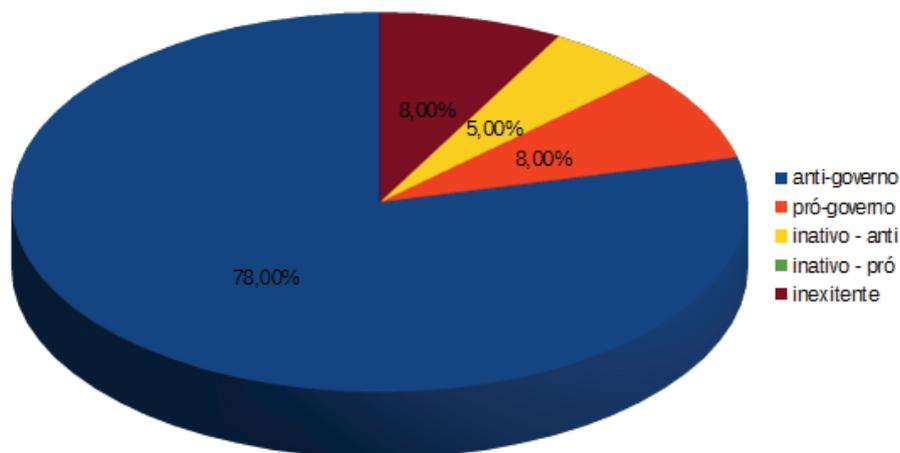


Figura 10 – Enquadramento dos Usuários mais RTs

Na análise do total percebe-se que apenas 8% representam os indivíduos pró-governo, ou seja, o debate e a interação entre os diferentes perfis e também a taxa de *retweets* não propiciam o debate político efetivo entre os grupos de usuários. As posições antigoverno (ativas e inativas) totalizam 83% dos perfis mais RTs.

Considerações finais

A análise dos gráficos obtidos no estudo das manifestações em prol do *impeachment* de Dilma Rousseff, que ocorreram em 2015, forneceu uma ampla base de dados para se entender o comportamento político dos usuários do *Twitter* e a existência de alguma forma de debate entre os usuários no ambiente virtual.

Os dados permitem observar que este meio digital funcionou como forma de estimular as mobilizações, mas não serviu como fonte de questionamento a acontecimentos importantes como a Lava Jato ou a corrupção, ou ainda temas sociais (educação, saúde, transporte etc) e econômicos que não apareceram entre os assuntos mais *retweetados*. Também é possível perceber que grande parte da motivação está associada a uma rejeição à figura de Dilma Rousseff e ao Partido dos Trabalhadores.

Ainda percebe-se que o embate de ideias praticamente não ocorre. Os nichos de compartilhamento de ideias se mantêm praticamente fechados sem o intercâmbio de informações e sem o debate, o que dificulta a caracterização das mídias sociais como esfera pública no sentido imaginado por Habermas. Além de grande parte da população não ter acesso à internet, o debate no *Twitter* foi pautado pela ausência de enfrentamentos de posições políticas, mas pela afirmação de posições não abertas para o enfrentamento.

Habermas (1990) defende a não interferência do mercado na esfera pública, contudo, o *Twitter* é uma empresa privada que possui interesses financeiros e por meio de logaritmos influencia o que o usuário terá em sua *timeline*. O próprio *design* de redes sociais, como o *Twitter*, está voltado para a formação de nichos, isto é, o fechamento em torno de perfis com semelhanças de comportamento, criando uma situação que Norris (2003) vai chamar de “pregando para convertidos”, restringindo a uma comunicação com pessoas com pensamento semelhantes. Nesse caso, o *Twitter* é um excelente meio para mobilização de eventos, como os dados demonstram.

Muitos dos perfis de usuários que foram analisados são encontrados em mais de um dia, o que reforça a ideia que quem mantém o debate na rede são indivíduos já inseridos no meio e adaptados à discussão e expressão política (OLIVEIRA, 2012; SAMPAIO E BARROS, 2011).

O fato de grandes empresas monopolizarem as mídias sociais na internet corrobora para afirmação de que as mídias sociais não podem ser consideradas esferas públicas, elas podem atuar como revitalizadoras desta, mas não possuem a mediação livre e imparcial necessária para a construção e fortalecimento do debate político.

No caso das manifestações em favor do impeachment de Dilma Rousseff em 2015, pode-se observar que a twittersfera operou como um espaço de mobilização e divulgação dos protestos, assim como um espaço para expressão de ódio e reprovação e rejeição a sua gestão e a seu partido. A disputa política em torno da legitimidade das manifestações entre os apoiadores do então governo ficou praticamente limitada ao primeiro protesto, de março de 2015, no qual ocorreu um evento pró-governo dois dias antes. Nos outros dois protestos, praticamente só aparecerem nos dados posições favoráveis ao impeachment de Dilma.

Referências Bibliográficas

- AGGIO, Camilo. (2010) “Campanhas Online: O percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992 e 2009”. *Opinião Pública*, v.16, n. 2, p. 426-445.
- AGUIAR, Sonia. (2014) “Discursos anti-midiáticos na web: entre a contra-informação e a contracomunicação”. *Revista online Mídia e Cotidiano*, ano, 1.
- ALMEIDA, Helga. (2011) “Cyberativismo e primavera árabe: um estudo sobre o uso da internet no Egito para a construção da grande ruptura de 2011”. *Revista de discentes de ciências políticas da UFSCAR*, vol. 1-n. 2. Disponível em: <<http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/download/17/14>>. Acessado em 27 de março de 2015.
- ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar; PENTEADO, Cláudio Luis Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos. (2015) “Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas”. *Hist. ciênc. saúde-Manguinhos*, 22.supl: 1597-1619.
- AUSSERHOFER, Julian; MAIREDER, Axel. (2013) “National politics on Twitter: Structures and topics of a networked public sphere”. *Information, Communication & Society*, 16.3: 291-314.
- BARROS, Chalini T. G. de; SAMPAIO, Rafael C. (2011) “Internet como esfera pública?”. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/5114>>. Acesso em 20 de novembro de 2014.
- CARVALHO, C. S. ; DE FRANÇA, F. O.; GOYA, D. H.; PENTEADO, C. L. C. (2016) “The People Have Spoken: Conflicting Brazilian Protests on Twitter”. In: Hawaii International Conference on System Sciences, Kauai. *Hawaii International Conference on System Sciences*. NY: IEEE, 2016. v. 49. p. 1986-1995.
- CASTELLS, Manuel. (2013) “*Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*”. São Paulo: Jorge Zahar Editor.
- DAHLGREN, Peter. (2005) “The Internet, public spheres, and political communication: Dispersion and deliberation”. *Political communication*, v. 22, n. 2, p. 147-162.
- GOMES, Wilson et al. (2009) “A campanha on-line de Barack Obama em 2008”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 34, p. 29-43.
- HABERMAS, J. (1997) “*Direito e Democracia: entre facticidade e validade*”, v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HABERMAS, J. (1991) “*Três modelos normativos de democracia*”. Texto de apresentação no seminário “teoria da democracia” na universidade de Valência.
- HABERMAS, J. (1990) “*O espaço público 30 anos depois*”. Prefácio da 17ª edição alemã de “o espaço público”.

HARO BARBA, Carmen; SAMPEDRO BLANCO, Víctor. (2011) “Activismo político en Red: del Movimiento por la Vivienda Digna al 15M”. *Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, v. 8, n. 2, p. 157-175.

KHONDKER, Habibul Haque. (2011) “Role of the new media in the Arab Spring”, *Globalizations*, 675-679.

LUBENOW, Jorge Adriano. (2007) “A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica”. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, vol. 10, p. 103-123.

MAIA, Rousiley C. M. (2001) “Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação”. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/20948114/1363606935/name/Democracia+e+a+internet+como+esfera+publica+virtual.pdf>> Acessado em 20 de novembro de 2015.

NORRIS, Pippa. (2003) “Preaching to the converted? Pluralism, participation and party websites”. *Party politics*, 9.1: 21-45.

OLIVEIRA, José Aparecido de. (2012) “Redes sociais e participação política na esfera pública”. *Revista Eptic*. v.14, n. 1.

PARRA, H. Z. (2013) “Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a resistência”. Dossiê: O papel da Teoria Marxista da Dependência no Pensamento Social Latino-Americano, *Revista Pensata*, v.3, n. 1.

PENTEADO, Claudio L. C. (2011) “Marketing político na era digital: perspectivas e possibilidades”. *Revista USP*, n. 90.

PENTEADO; Cláudio; Santos, M. B. P.; Araújo, R. A., & da Silva, S. J. (2011) “Ação política na internet brasileira”. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 16, n.1: 111-132.

PERLATTO, Fernando. (2012) “Habermas, a esfera pública e o Brasil”. *Revista Estudos Políticos*, número 4; p.78-94.

PERUZZO, Cicilia. (2013) “Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou” (i). *MATRIZES*, v. 7, n. 2: 73-93.

RECUERO, Raquel. (2012) “Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão”. *Metamorfoses jornalísticas*, 2: 37-55.

ROTHBERG, Danilo. (2008) “Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica”, *Opinião Pública*, v. 14, n.1: 149-172.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. (2016) “Economia da intrusão e modulação na internet”. *Liinc em Revista*, vol. 12, n. 1.

WATTAL, Sunil; SCHUFF, D.; MANDVIWALLA, M.; WILLIAMS, C. B. (2010) “Web 2.0 and Politics: The 2008 US Presidential Election and an E-Politics Research Agenda”. *Mis Quarterly*, v. 34, n. 4.